

# Museu e Sustentabilidade: pensar e agir sustentável a partir da proposta de criação do Museu Orgânico Salinas e Manguezais no município de Chaval, Ceará, Brasil

Neycikele Sotero Araújo<sup>1</sup>

Rodrigo de Sousa Melo<sup>2</sup>

Solano de Souza Braga<sup>3</sup>

*Museum and Sustainability: thinking and acting sustainably based on the proposal to create the Organic Museum of Salinas and Mangroves in the municipality of Chaval, Ceará, Brazil,*

## Introdução

Desde a Revolução Industrial a forma de produzir e consumir vem acelerando, impulsionada por uma racionalidade econômica que até a década de 1970 não levou em consideração os limites físicos da natureza. Diante dos agravamentos ambientais provocados pelo crescimento desenfreado da produção e consumo, a sociedade foi forçada a parar para pensar sobre o meio ambiente e o futuro do planeta, bem como os impactos negativos provocado pelo sistema econômico capitalista que mercantilizou a natureza e a destituiu de sua potencialidade ecológica.

Diante da crise ambiental foi revisto a relação do homem com a natureza e pensado formas que pudesse integrar o social, ambiental e econômico em um único eixo de desenvolvimento, a partir dessa proposta nasceu o conceito de desenvolvimento sustentável e as sugestões de mudança do pensamento que ultrapassasse a racionalidade econômica para chegar a racionalidade ambiental, buscando unir os valores da diversidade cultural e os limites e potenciais da natureza (LEFF, 2006).

Após a apresentação do conceito de desenvolvimento sustentável na década de 1980, os governos, organizações e sociedade vem assumindo compromissos para promoção da sustentabilidade. A museologia, assim como as demais áreas do conhecimento, também vem desenvolvendo práticas museológicas que atuam na problematização da degradação ambiental e na conscientização da relação do homem com seu território. A partir da visão da museologia social, da racionalidade ambiental e da premissa que o território faz o homem e o homem transforma o território, nasce a proposta de criação do Museu Orgânico Salinas e Manguezais no município de Chaval-Ceará.

## 1. De onde vem? Parar e pensar sobre sustentabilidade

O atual sistema econômico de produção segue um processo linear de extração, produção, distribuição e consumo, que foi impulsionado a partir da revolução industrial, e negligência o fator de limite físico presente na natureza, provocando a degradação do meio ambiente e o caos ecológico. A sociedade

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Pós-graduação em Ensino de História do Ceará pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Graduada em Administração pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. Pós-graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/Universidade Estadual do Ceará-UECE. <https://orcid.org/0000-0002-2629-5447> , E-mail: [neycisotero@ufpi.edu.br](mailto:neycisotero@ufpi.edu.br)

<sup>2</sup> Professor efetivo do Curso de Bacharelado em Turismo e do Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia (MAPM) Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr (Parnaíba, PI) <https://orcid.org/0000-0003-0156-967> | E-mail: [rodrigomelo@ufpi.edu.br](mailto:rodrigomelo@ufpi.edu.br)

<sup>3</sup> Professor efetivo do Curso de Bacharelado em Turismo e do Mestrado em Turismo e Patrimônio (PPGTURPATRI), Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (Ouro Preto, MG). <https://orcid.org/0000-0002-6231-4756> | E-mail: [solanobraga@yahoo.com.br](mailto:solanobraga@yahoo.com.br)

contemporânea está tão imersa nesse sistema de produção e consumo que não conseguem perceber e entender os impactos sociais, econômicos, culturais, naturais e éticos que ele vem provocando na sociedade.

De acordo com Leff (2006) a ciência economia inaugurada no século XVIII nasce com uma visão mecanicista, onde a natureza é percebida apenas como matéria-prima do processo de produção. "(...) A natureza é desnaturalizada, sua organização ecossistêmica e termodinâmica é ignorada e convertida em recursos naturais, em matéria-prima usada como simples insumos no processo de produção, que não são produtoras de uma substância de valor." (LEFF, 2006, p. 172)

O crescimento desenfreado da produção e o forte marketing para o consumo fizeram nascer o que conhecemos como obsolescência planejada e obsolescência perceptiva, a primeira significa que o objeto "foi criado para ir para o lixo", vem programado para ser usado por um curto período de tempo; a segunda nos convence a "jogar fora" as coisas que ainda são úteis, pelo simples fato que "já não está na moda", a estratégia foi mudar as aparências das coisas, para que as pessoas desejassem sempre o "novo modelo", pois assim estariam mantendo seu status social. Nesse ritmo não teremos planeta para a próxima geração. Todas essas coisas produzidas e consumidas são descartadas de forma rápida, mais como "jogar fora" algo, se no planeta não existe o "lado de fora"? O pensamento de que apenas reciclar resolveria essa problemática vem caindo por terra, haja visto que o consumo acontece em um ritmo cada vez maior e sem consciência do processo de produção e do seu impacto na natureza.

Conforme Leff (2006) a racionalidade econômica promovida pelo sistema econômico capitalista é baseada exatamente no modelo que ignora os limites dos recursos naturais diante do lucro acima de qualquer impacto.

Com a crise ambiental, a economia não enfrenta mais problemas de escassez relativa de recursos e sim uma escassez global que não é natural e sim gerada pela destruição das condições ecológicas de sustentabilidade da economia global, como resultado dos níveis de entropia gerados em escala planetária pelo processo econômico: desflorestamento, contaminação do ar, água e solos, aquecimento global (...) (LEFF, 2006, p. 172)

A partir dos sinais de "adoecimento do planeta" apontados pela crise ambiental, Leff (2006) aponta a insustentabilidade ecológica da racionalidade econômica e propõe uma mudança de lógica a partir da racionalidade ambiental, fomentando novos "estilos de desenvolvimento, fundados nas condições e potencialidades dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos" (SACHS, 1982 apud LEFF, 2006, p. 134).

O cenário de crise ambiental forçou a sociedade a parar e repensar a racionalidade econômica vigente, avaliando os impactos negativos iniciados no tempo presente e que seriam agravados no tempo futuro, caso não fosse repensado o crescimento econômico que "avança a custa da perda de fertilidade da terra e da desorganização dos ecossistemas, enfrentando a inelutável degradação entrópica de todo processo produtivo" (LEFF, 2006, p. 135), aconteceria um possível colapso na qualidade de vida das gerações presentes, provocando incertezas em relação às condições do meio ambiente para as gerações futuras. Diante dos impactos negativos apresentados pela crise ambiental e o reconhecimento da existência dos limites físicos naturais, iniciou-se uma agenda de diálogos entre comunidade científica, sociedade e poder público de todo o planeta para pensar sobre sustentabilidade, pode-se citar como principais encontros a Convenção de Estocolmo em 1972, o RIO+10 em 1992 e o RIO+20 em 2012.

O discurso do desenvolvimento sustentável foi oficializado e difundido amplamente na raiz da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em 1992. No entanto, a consciência ambiental começou a se expandir a partir dos anos 1970, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, em 1972. Nesse momento foram apontados os limites da racionalidade econômica e os desafios apresentados pela degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade. (LEFF, 2006, p.135)

Embora o discurso sobre o desenvolvimento sustentável tenha aparecido apenas na década de 1990, o conceito de desenvolvimento sustentável foi gestado na década de 1980 durante a Comissão de Brundtland, quando foi elaborado o relatório Nosso Futuro Comum, sendo o conceito apresentado pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que definiu o desenvolvimento sustentável como "a forma como as

atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Brundtland apud SCHARF, 2004, p.19).

A partir desta definição, percebe-se que o comprometimento da capacidade de regeneração da natureza está ligado diretamente ao consumo desenfreado que fomenta a produção generalizada do desperdício, apresentando-se como um problema não apenas econômico e ambiental, mas também social.

Conforme apontou Leff (2006), depois da criação e socialização do conceito de desenvolvimento sustentável, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu em junho de 1992 no Rio de Janeiro, para dialogar sobre formas de garantir às gerações futuras o direito ao desenvolvimento. Foi elaborado e aprovado “um programa global (conhecido como Agenda 21) para dar institucionalidade e legitimidade às políticas do desenvolvimento sustentável” (LEFF, 2006, 138), o presente programa fixou o tripé do desenvolvimento sustentável baseado nas dimensões econômica, ambiental e social que deveriam acontecer de forma simultânea nas ações que seriam realizadas para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento. Os compromissos estabelecidos com a Agenda 21 seriam aplicados em um período de 23 anos.

Em 2012, depois de 20 anos da primeira conferência, foi realizada novamente no Rio de Janeiro a segunda Conferência para renovar o compromisso global com o desenvolvimento sustentável, que ficou conhecida como Rio+20. Na ocasião foi avaliado as ações realizadas conforme as orientações da Agenda 21, bem como as lacunas deixadas na implementação das ações e os novos desafios emergentes e foi elaborado a Declaração Final da Conferência Rio+20, o documento recebeu o nome de “O Futuro que Queremos” e lançava as bases para promoção de objetivos para o desenvolvimento sustentável. Posteriormente, em 2015, aconteceu em Paris mais um encontro para respostas obtidas da implantação da Agenda 21 e partiu-se para proposição de uma nova etapa, a chamada “Agenda 2030”, na qual foram definidas as ações necessárias para o cenário atual que haviam sido desconsideradas anteriormente (OLIVEIRA, 2019).

Nesse último encontro foram pactuados 17 objetivos, tendo como ponto de partida os resultados, estudos e lacunas deixadas pela implementação da Agenda 21 (OLIVEIRA, 2019), o documento orientador recebeu o nome de “Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, os representantes dos 193 Estados-membros da ONU comprometeram-se a realizar medidas transformadoras para promoção do desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos.

Os documentos norteadores para promoção do desenvolvimento sustentável que instituíram os programas Agenda 21 e Agenda 2030 em todo o planeta estão orientando os possíveis caminhos para uma nova racionalidade, conduzindo a sociedade para o que Leff (2006) chama de estratégias do ecodesenvolvimento. Esse modelo reconhece a necessidade de criar e implantar formas de produção e um estilo de vida mais sustentáveis “baseados nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade étnica e na capacidade das populações locais para a gestão participativa dos recursos”. (LEFF, 2006, p.135)

Assim, para que a sustentabilidade e o modelo de racionalidade ambiental sejam aplicados conforme a análise de Leff (2006) é preciso buscar uma ecotecnologia baseada nos ritmos e ciclos biológicos, promover a produção destinada às necessidades básicas do ser humano e integrar as práticas produtivas dos povos tradicionais resultantes das cosmovisões e culturas. Outro ponto defendido é a desconstrução da economia globalizada para fundar economias regionais e locais baseadas nas potências da natureza e nos sentimentos culturais dos povos.

## **2. A nova museologia e o compromisso com a sociedade**

No final do século XX, em paralelo com o desenvolvimento da teoria museológica, nascia também a concepção de uma nova museologia. Cita-se como marcos referenciais dessa ideia, que estava em ebulição, a Mesa-Redonda de Santiago, no Chile, realizada em 1972 pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e UNESCO, que teve o tema central o papel social dos museus na América Latina, e a declaração de Quebec, publicada em 1984 instituindo os princípios de base de uma nova museologia que deu origem em 1985 a criação do Mouvement Internationale pour la Nouvelle Museologie (MINOM). Diante desses debates e rompimento com alguns paradigmas que norteavam até então o pensar e fazer museológico, emerge uma museologia preocupada com o social, direcionando seu olhar para as comunidades, o patrimônio cultural e

natural e o território. Observa-se tal pensamento a partir da Declaração de Quebec que reforça a função social do museu.

Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia actual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia activa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, reflectindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projectos do futuro. (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1999, p. 223)

O museu apresenta-se nessa nova fase como um lugar que nasceu para estar a serviço da sociedade. A museologia social vem falar e mostrar à população que o museu não é “lugar de guardar coisa velha”, mas sim lugar de encontro do homem com sua ancestralidade, com sua história e memória, bem como lugar de pensar formas sustentáveis de existência. Conforme descreve o pesquisador Átila Tolentino (2016, p.31-32) a museologia social possui as mesmas funções básicas de um museu que são “preservar, pesquisar e comunicar”. Mas é ressaltado que essas funções devem partir da premissa de serem realizadas de forma “participativa, os sujeitos sociais são a preocupação primeira, bem como os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas comunidades, com vistas à luta e à busca por seu desenvolvimento sociocultural”.

Assim, o papel do museu é ser ferramenta de reflexão e atuação frente às questões sociais existentes em seu território, pois a partir da prática museológica a comunidade é convidada a pensar e falar sobre sua história, sua memória, seu patrimônio cultural e natural e os problemas que enfrentam, construindo de forma coletiva sua memória social, bem como formas de superar os problemas apresentados e potencializar o sentimento de pertencimento ao seu lugar.

Ao pensar em formas de agir sustentáveis na contemporaneidade, percebe-se que o museu é uma das instituições que possuem grande potencial de fomento ao desenvolvimento sustentável. As ações das instituições museais contribuem para promoção da economia local com o incentivo ao turismo cultural, para promoção da inclusão social da comunidade por meio do acesso à produção cultural e para valorização e proteção do patrimônio cultural e natural do território com a realização de ações educativas e promoção de boas práticas de sustentabilidade.

### **3. Proposta de criação do Museu Orgânico Salinas e Manguezais no município de Chaval como espaço de fomento para o pensar e agir sustentável no âmbito local**

A agenda 2030 para promoção do desenvolvimento sustentável orienta que as ações realizadas devem promover o impacto positivo tanto na esfera macro (global), como na esfera micro (regional e local). Para que o pensar e agir sustentável seja de fato uma realidade concreta, é necessário que as pessoas tenham consciência dos impactos que suas atitudes negativas geram dentro da sua comunidade e podem prejudicar, em um médio período de tempo, a saúde do planeta. Por isso, Leff (2016) propõe uma racionalidade que esteja ligada ao meio ambiente, pois é a partir desse novo ângulo de visão que é possível perceber que natureza e homem estão unidos na mesma teia de evolução. A racionalidade ambiental convida a sociedade a construir uma “nova racionalidade produtiva, fundada nos limites das leis da natureza, assim como nas potencialidades ecológicas e na criatividade humana” (LEFF, 2016, p.136). Seguindo essa proposta, nasceu a ideia de construção do museu orgânico Salinas e Manguezais no município de Chaval<sup>4</sup>, localizado no Estado do Ceará.

Diferente da ocupação das principais vilas e povoados que movimentaram a economia da Capitania do Ceará por meio da criação do gado e, por consequência, a produção da carne de charque no século XVIII, o povoado de Chaval, só aparece nos documentos escritos no final da segunda metade do século XIX, estando localizado na região pertencente à vila de Granja. Segundo Caio Passos (1980) o local onde floresceu o

---

<sup>4</sup> Município localizado no norte do Ceará, distante 410 km da capital. Segundo censo do IBGE do ano de 2010 possui uma área de 238 km<sup>2</sup> e população de 12.615 habitantes. É conhecido por sua produção de sal e pelos seus gigantes monólitos, possuindo como bioma a caatinga. Limita-se ao norte e ao leste com o município de Barroquinha, ao sul com o município de Granja e ao oeste com o município de Luis Correia no estado do Piauí.

povoado de Chaval era conhecido por Salgado do Iboacú<sup>5</sup>, e outrora fora habitado por índios Tremembés. Os primeiros imigrantes que chegaram ao Salgado do Iboacú, segundo Pinho Pêsoa (1980), descendiam da família Carneiro da Cunha, que conduzida pelo padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo, que possivelmente já conhecia o lugar devidos suas andanças pela freguesia de Amarração, iniciaram a povoação do local. O local ocupado e depois comprado pelo padre Antônio Carneiro era reconhecido pelo Governo Imperial como terras devolutas, ou seja, terras públicas, que não haviam sido doadas por sesmaria e nem ocupadas por posseiros para plantação, foi nesse pedaço de chão que o padre Antônio Carneiro e seus familiares fixaram-se, construindo casas, salinas, fazendo plantações e pescando.

O município de Chaval foi emancipado politicamente em 22 de novembro de 1951 por meio da lei estadual nº 1.153, sendo separada do território e da administração do município de Camocim. No ano de 2021 o município comemora 70 anos de emancipação política, e todos os anos é apresentado a “mesma história oficial” sobre a cidade, contudo pouco ou quase nada os chavalenses conhecem sobre a história do seu patrimônio cultural e natural. Outro fator negativo na cidade é a poluição em algumas áreas, principalmente nos manguezais que ficam no cais do porto da cidade. A partir dessas observações e guiada pelo viés da racionalidade ambiental tem-se o alicerce da ideia de criação do museu.

Segundo Varine (2013, p. 19) “um território é o produto de toda uma história natural e humana” e é a partir desse território que a comunidade é convidada a pensar sobre suas origens e o futuro que desejam construir para as próximas gerações. Tendo o museu a vocação de preservar o patrimônio, encontra-se na definição de museu integral a ideia do museu orgânico Salinas e Manguezais. Foi considerado que o conceito “Museu Integral” se fundamenta na abordagem mais complexa em relação ao patrimônio. Esse tipo de museu tem como premissa a compreensão e o estabelecimento das relações com o espaço, o tempo e a memória para, assim, atuar diretamente junto a determinados grupos sociais (SCHEINER, 2012).

A definição de museu integral foi consagrada no texto da Carta de Santiago em 1972 (SCHEINER, 2012) e apresenta a percepção holística que o museu tem diante do meio ambiente, pois integra o patrimônio cultural e natural, tangível e intangível, unindo território, comunidade e sua relação com o espaço, tempo e memória. Foi seguindo a história contada pelos moradores mais antigos de Chaval, que encontrou-se no Cais do Porto o marco zero da cidade e as marcas deixadas pelo tempo que dariam formas ao museu orgânico<sup>6</sup>.

Imagem 1 – Visão aérea do cais do porto



Fonte: *Chaval Drone*. Chaval-CE, maio de 2021.

<sup>5</sup> De acordo com Passos (1980, p.54) Iboacú era uma freguesia da vila de Granja, os padres que pertenciam a essa freguesia em suas andanças de catequização, chamavam a parte litorânea coberta por mangues de salgado do Iboacú, essa área compreende hoje o município de Chaval.

<sup>6</sup> A experiência de museu orgânico foi criada na região do cariri cearense e segundo seu idealizador, Alemberg Quindins, o museu orgânico está ligado ao afeto que a pessoa tem por sua casa e toda as relações que são construídas dentro dessa arquitetura a partir do seu território. QUINDINS, Alemberg. *Museus Orgânicos* [abr. 2021]. Entrevistador (a): Neycikele Sotero. Sobral, 2021. Arquivo mp3 (73 min.). Entrevista concedida para a pesquisa sobre museu orgânico.

A cidade é construção histórico-cultural e guarda em suas ruas, casas e paisagem a identidade cultural de seus moradores, conforme Carvalho (2010, p.17) a cidade “é o lócus contínuo de cultura, onde natureza, construção material, símbolos e significados e representações se constroem em diversidade e em harmonia.” A cidade de Chaval tem em sua paisagem natural os manguezais e os monólitos gigantes que integram a paisagem cultural composta pelos barcos, canoas, salinas e armazéns. A maré é a principal fonte de alimento, lazer e renda, é de suas águas que nascem as salinas, onde é produzido o sal, uma das atividades, econômica e cultural, mais antigas exercidas na cidade. O sal após extraído é colocado em barcos e levado para o cais do porto para serem armazenados nos galpões.

Imagem 02 – Imagem da rua que dá acesso ao cais do porto



Fonte: Facebook Fotos de Chaval

O cais do porto foi a porta de acesso dos moradores mais antigos ao território, bem como a saída do sal para venda em outras cidades e a entrada de outras mercadorias em Chaval. A natureza e a cultura dos chavalenses estão ligados a esse portal. Em um texto da escritora chavalense Iolanda Nogueira a partir da fotografia apresentada acima, pode-se perceber as memórias atreladas a esse espaço.

Muitos dos primeiros moradores de Chaval entraram no lugarejo, pisando nesse tapete de barro vermelho com suas laterais tão protegidas quanto enfeitadas por charmosas muretas que lhe davam um ar romântico e bucólico. Foi nesse caminho que tantos marinheiros cruzaram ao chegar de outras paragens, quando grandes navios ancoravam nas águas do Ubatuba. Os mais velhos contam o quanto eram animados os dias e as noites do Cais do Porto na época em que ele era o anfitrião de grandes embarcações que traziam rapazes com trajes brancos que frequentavam bares e casas noturnas e passeavam por entre armazéns e moageiras de sal que haviam naquele lugar. Todas essas construções, feitas de madeira, faziam lembrar os cenários do velho Oeste. As tábuas acinzentadas das paredes, com seus cantos arredondados pela maresia, deixavam os raios de sol entrar pelas suas frestas, alumando as mãos ligeiras dos trabalhadores jovens e adultos, que ensacavam o sal em saquinhos de um quilo. Nos tempos passados, quando o "ouro branco" de Chaval escoava em grande quantidade, fazia muito dinheiro circular na nossa região.<sup>7</sup>

proposta de criação do Museu orgânico Salinas e Manguezais busca reunir as memórias da cidade em um espaço de encontro com o passado, presente e futuro, a partir da exposição de fotografias antigas da cidade, de objetos antigos dos moradores, com ênfase aos objetos de trabalho dos pescadores e trabalhadores de salinas, além de construção de roteiros de vivência cultural e ambiental no território.

Uma das primeiras propostas de atividade para constituição do museu é o desenvolvimento de um inventário participativo, uma metodologia utilizada na museologia social para identificar e registrar, junto com a comunidade, suas referências culturais. Conforme Florêncio (2016) o inventário participativo é uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação.

A iniciativa visa propiciar aos usuários o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, sistematização e interpretação de dados e difusão de informações. Também

<sup>7</sup> Texto publicado na página do facebook do Coletivo Ágora Chaval em janeiro de 2021.

pretende divulgar alguns preceitos éticos de pesquisa, como o emprego responsável e autorizado de imagens, depoimentos e conhecimentos coletados ao longo do levantamento (FLORÊNCIO, 2016, p.6-7)

Com a realização do inventário participativo será possível fortalecer o vínculo da comunidade com seu patrimônio cultural e natural, o inventário “(...) vai despertar, nos indivíduos participantes, valores como cidadania, participação social e qualidade de vida” (SILVA, 2020, p.210) gerando o sentimento de pertencimento ao seu lugar, inclusão social e possibilidades de geração de renda, com a proposta de publicação de um e-book do patrimônio cultural e natural, tangível e intangível do município de Chaval, que poderá ser distribuído nas escolas e comercializado em atividade turística, bem como a criação de roteiros turísticos, fomentando o turismo responsável dentro do segmento de turismo cultural e ecoturismo.

De acordo com Gonçalves (2019) o turismo é uma das principais atividades econômicas em nível mundial e devido aos seus impactos a sustentabilidade foi inserida no planejamento e desenvolvimento das atividades, fazendo surgir o turismo sustentável, conhecido posteriormente como turismo responsável. O termo turismo responsável vem do pensamento sustentável e sua origem está relacionada ao trabalho de Jost Krippendorf desenvolvido em 1987 que propôs um conjunto de estratégias de planejamento e gestão, ambos relacionados ao envolvimento das comunidades locais no processo de implantação do turismo, mecanismos de controle do turismo de massa e a cobrança de uma taxa desse desenvolvimento, bem como a importância de programas de educação para a conscientização dos turistas sobre os impactos gerados pela visita (GONÇALVES, 2019).

Em 2003 a OMT (Organização Mundial do Turismo) criou o manual do turista responsável, “para que os viajantes tenham consciência de seu papel e de seus potenciais impactos, através de práticas adequadas recomendadas” (GABRIELLI, 2017 apud GONÇALVES, 2019, p.19). Assim, a forma de fazer o turismo está ligada à responsabilidade que cada agente social (operadores, hoteleiros, governos, pessoas locais e turistas) assume dentro dessa relação. Conforme Gonçalves (2019) para que o turismo responsável alcance o equilíbrio dentro dos três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, ambiental e social) é preciso que

(...) o turismo responsável deve fazer uso cuidadoso dos recursos ambientais para garantir a manutenção dos processos ecológicos essenciais e a conservação do patrimônio natural e da biodiversidade. Além disso, o turismo responsável deve respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, preservando suas estruturas típicas de construção, sua herança cultural e valores tradicionais, e cooperando para uma melhor compreensão intercultural. Essa forma de turismo deve apoiar operações economicamente viáveis e duradouras, com benefícios econômicos adequadamente distribuídos a todas as partes interessadas; e promover emprego estável e a possibilidade de benefícios e serviços sociais para hospedar comunidades, contribuindo para a redução da pobreza. (MUSARÒ, 2014, p. 102 apud GONÇALVES, 2019, p. 20)

Agindo a partir da racionalidade ambiental, optou-se por uma forma de fazer turismo que esteja alinhado às práticas de sustentabilidade, respeitando o território visitado e colaborando para preservação do patrimônio cultural e natural, bem como criando oportunidades de geração de renda para a cidade. Por meio do fomento ao turismo responsável, propõe-se a criação de roteiros turísticos de forma colaborativa, tendo a comunidade junto a este processo.

A primeira proposta de roteiro será referente ao patrimônio cultural, onde a comunidade compartilhará com o visitante a herança presente seja na arquitetura, na gastronomia, nos saberes e fazeres do povo chavalense. Segundo Carvalho (2010, p. 24) “os turistas culturais buscam roteiros, destinos e produtos capazes de oportunizar experiências ditas como únicas e provocadoras dos sentidos (...)”, e isso acontece a partir da integração com a cultura, história e memória da comunidade visitada, estabelecendo-se assim o turismo cultural que caracteriza-se “(...) também, pela motivação do turista em conhecer regiões onde o seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas” (MOLETTA, 1998, 9-10 apud MAGALHÃES, 2005, p. 30-31).

Imagem 03 – Vista aérea da sede do Município de Chaval-CE



Fonte: Chaval Drone. Chaval-CE, maio de 2021.

O município de Chaval em sua composição geográfica possui como paisagem natural, que ao longo dos anos tornou-se também paisagem cultural, os grandes monólitos que servem de mirantes para a comunidade e muito chamam a atenção dos visitantes. Outro recurso e patrimônio natural são os rios Timonha e Ubatuba que banham a cidade. Os dois rios têm suas nascentes na serra da Ibiapaba, especificamente no município de Viçosa do Ceará, e formam o estuário<sup>8</sup> Timonha-Ubatuba. Este estuário “é um dos maiores berçários de peixes e crustáceos do Nordeste, sendo fundamental para o ciclo de vida de espécies marinhas brasileiras em perigo de extinção”, dentre elas o Peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), a Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), a Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), a Tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*) e o Mero (*Epinephelus itajara*), (PEREIRA; ROCHA, 2015 apud ARAÚJO, 2020, p.18).

O estuário Timonha-Ubatuba além de ser berçário de diversas espécies, é composto pelo ecossistema manguezal, apresentando uma forte biodiversidade. O território do município de Chaval, devido a sua representativa área ambiental, faz parte de duas unidades de conservação, uma a nível federal, APA<sup>9</sup> do Delta do Parnaíba, e outra a nível estadual, APA da Ibiapaba.

Imagem 04 – Pescaria artesanal no Cais do Porto



Fonte: Acervo pessoal de Neycikele Sotero. Chaval-CE, maio de 2021.

Diante desse cenário, vislumbrou-se também a possibilidade de fomentar o ecoturismo a partir da sugestão de criação de uma segunda opção de roteiros, buscando despertar no visitante uma consciência

<sup>8</sup> Área ao longo da costa onde um rio se junta ao mar.

<sup>9</sup> Área de Proteção Ambiental.

ambiental a partir da oferta de passeios de barcos pelo estuário, trilha ecológica pelo parque de pedras (grandes monólitos), bem como trilhas para visita aos sítios de pinturas rupestres<sup>10</sup> (Casa de Pedra, Pedra do Oliveira, Trovoada e Nova Olinda) presentes no território. A prática do ecoturismo “Se utiliza de forma sustentável do patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem estar das populações envolvidas” (IEB -INSTITUTO DE ECOTURISMO DO BRASIL,1996 apud PIRES, 1998, p. 83)

Percebe-se que é possível realizar atividades econômicas, como o turismo, sem impactar negativamente a comunidade anfitriã e o meio ambiente, contudo é necessário um bom planejamento guiado a partir da racionalidade ambiental. Conforme Leff (2006) tal racionalidade estaria composta por um conjunto de critérios que auxiliaria os agentes sociais na tomada de decisão, nas orientações para pensar as políticas públicas, bem como nas normatizações dos processos de produção e consumo. A prática museológica integrada ao turismo responsável e a gestão social o pensar e agir sustentável torna-se exercícios fundamentais para promoção do desenvolvimento sustentável.

### Considerações Finais

Pretendeu-se neste artigo apresentar a proposta de criação do Museu Orgânico Salinas e Manguezais no município de Chaval, como uma forma prática de pensar o desenvolvimento sustentável no âmbito local, propondo dentro da dimensão social, ações de gestão social com o diálogo entres os diversos atores sociais sobre as demandas locais e as formas de atendê-las, compreendendo o território como o espaço de cidadania e o museu como o elo que une a comunidade ao seu território. Na dimensão ambiental foram pensadas propostas de ações que promovam a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural, bem como práticas de gestão e educação ambiental e na dimensão econômica ações que fomentem o turismo responsável e a distribuição de renda a partir dessas atividades.

A partir das ações propostas será construído um portfólio do projeto, almejando captar recursos financeiros para implantação do museu, mas antes, o projeto será apresentado aos profissionais da secretaria de educação municipal de Chaval, bem como para a comunidade, para compartilhamento da ideia e coleta de sugestões.

### Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Liane Marli Silva de. **A atividade de mariscagem na comunidade pesqueira de Chaval, Ceará, Nordeste do Brasil**. 2020. 147 f. Tese (doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Marinhas Tropicais, Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar, Fortaleza, 2020. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/54432>>. Acesso em: 29 mai. 2021.
- ARAÚJO, Neycikele Sotero. **“De passo em passo, conheça o seu espaço”**: o uso da história local como ferramenta de aprendizagem nas aulas de história. 2013. 32 f. Artigo Especialização (História), UVA, Sobral, 2013.
- AURELIANO, Luciana Guizan; COAN, Samanta; ROMEIRO FILHO, Eduardo. Panorama da sustentabilidade nos museus. **Blucher Design Proceedings**. v. 9, n. 2, p. 3725-3737, 2016. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/ped2016/0319.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- CARVALHO, Karoliny Diniz. Lugar de memória e turismo cultural: apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 4, n. 1, p. 15-31, 2010. Disponível em:< <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/253>>. Acesso: 05 jun. 2021.
- CARVALHO, Tiago Sofiati de Barros; LIMA, José Edmilson de Souza. Racionalidade ambiental e sustentabilidade do subdesenvolvimento. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**. v. 3, n. 6, p. 540-560, 2014. Disponível em:<[https://www.researchgate.net/publication/269699397\\_RACIONALIDADE\\_AMBIENTAL\\_E\\_SUSTENTABILIDADE\\_DO\\_SUBDESENVOLVIMENTO](https://www.researchgate.net/publication/269699397_RACIONALIDADE_AMBIENTAL_E_SUSTENTABILIDADE_DO_SUBDESENVOLVIMENTO)>. Acesso: 05 jun. 2021.

<sup>10</sup> Sítios arqueológicos catalogados pela Superintendência do IPHAN-CE no ano de 2015.

- DECLARAÇÃO DE QUEBEC, PRINCÍPIOS DE BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA, 1984. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Portugal: ULHT, v.15, n.15, p. 223-225,1999. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342>>. Acesso em: 31 mai. 2021.
- ESTENDER, Antônio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. O conceito do desenvolvimento sustentável. **Revista Terceiro Setor**. v. 2, n. 1, p. 22-28, 2008. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/viewFile/399/484>>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Brasília-DF, 2016.
- GONÇALVES, Luna Machado. **A evolução do conceito de Turismo Responsável**. 2019. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2019. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13339>>. Acesso em: 31 mai. 2021.
- IPHAN. **Informação técnica nº 0027/15 - DITEC/IPHAN-CE**. Vistoria Técnica na cidade de Chaval-Ceará. 2015.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad. Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MAGALHÃES, Batista, Cláudio. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005. Disponível em:< <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115416147004.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2021.
- OLIVEIRA, Héliida Vilela. A prática do turismo como fator de inclusão social. **Revista de Ciências Gerenciais**. v. 12, n. 16, p. 91-103, 2008. Disponível em:<<https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/2644>>. Acesso em: 06 jun. 2021.
- OLIVEIRA, Mariana E. Museus e Desenvolvimento Sustentável. **Revista ARA**, v. 7, n.7, p.193-220, 2019. Disponível em:<<https://www.revistas.usp.br/revistaara/article/view/161116/157624>>. Acesso em: 06 jun. 2021.
- PASSOS, Caio. **Monsenhor Carneiro: sua vida, sua obra**. S. l.: s.n. 1980. Paulo: Cortez, 2004.
- PESSOÃ, Geminiano de Pinho. Biografia do Monsenhor José Carneiro da Cunha, no seu centenário de nascimento. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, n. 100, p. 242-248, 1980.
- PIRES, Paulo dos Santos. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo - Visão e Ação**, v.1, n.1, p.75-91, 1998. Disponível em:<<http://files.zaqueuhenrique.webnode.com/200000822-201bf20906/A%20DIMENS%C3%83O%20CONCEITUAL%20DO%20turismo.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2021.
- PLATAFORMA AGENDA 2030. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:<<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**. v. 9, n.19, p. 219-242, 1989-1990.
- SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, 2012. Disponível em:<<https://pdfs.semanticscholar.org/48d3/b9b5657216e100186d35c2289e5b5ebdada8.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- SILVA, Emanuely Mylena Velozo. A Importância do Inventário Participativo na Preservação do Patrimônio Cultural. **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, v. 5, n. 8, p. 204-213, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CLIO/article/view/19051/13121>>. Acesso em: 30 mai. 2021.
- TOLENTINO, Atila Bezerra. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Portugal: ULHT, v. 52, n. 8, p. 22-44, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5499>>. Acesso em 05 jun. 2021.
- VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013.